

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 727/2024

**AUTOR:** Deputado **GUTIERRES TORQUATO**

**ASSUNTO:** Institui a Semana dos Povos Indígenas no Calendário Cultural no Estado do Tocantins, e dá outras providências.

**RELATOR:** Deputado **GIPÃO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado Gutierres Torquato, o Projeto de Lei nº 727/2024, que “Institui a Semana dos Povos Indígenas no Calendário Cultural no Estado do Tocantins, e dá outras providências”.

Aduz o autor que a instituição da Semana dos Povos Indígenas no calendário cultural do Estado do Tocantins é de suma importância para fortalecimento dos laços de respeito, solidariedade e cooperação entre os diferentes segmentos da sociedade.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

**II – VOTO**

Com efeito, a propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei não se encontra entre aqueles de iniciativa privativa, indicados no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, facultando a qualquer deputado apresentar projetos de leis.





ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



A Lei que institui o Calendário Cultural do Estado, Lei nº 1.525, de 17 de dezembro de 2004, disciplina que serão incluídos datas históricas, festejos tradicionais, festas folclóricas e populares de todas espécies, carnavais fora de época e outras datas consideradas importantes, consagradas como cultura local e regional.

A Lei citada acima foi regulamentada pelo Decreto nº 4.357, de 25 de junho de 2011, que organiza e divulga o calendário anualmente, sendo de responsabilidade do Poder Executivo, através da Agência de Turismo.

Assim, quanto ao exame da constitucionalidade e regimentalidade, não há óbice à livre tramitação da propositura no entanto, com o objetivo de adequação do texto à legalidade e técnica legislativa, proponho Substitutivo.

Ante o exposto, e estando conforme as normas constitucionais, legais e regimentais, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº **727/2024**, com substitutivo em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2024.

Deputado GIPÃO

Relator

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 727/2024

Institui a Semana Estadual dos Povos Indígenas, e dá outras providências.

### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Estado do Tocantins, a Semana Estadual dos Povos Indígenas, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 19 de abril.

Parágrafo único. A semana instituída no *caput* passa a integrar o Calendário Cultural do Estado do Tocantins.

**Art. 2º** A Semana dos Povos Indígenas tem como objetivo principal promover o reconhecimento, a valorização e o respeito à cultura, história, tradições e direitos dos povos indígenas presentes no Estado do Tocantins.

**Art. 3º** Durante a Semana dos Povos Indígenas, serão promovidas atividades culturais, educativas, artísticas, esportivas e de reflexão, tais como:

- I - exposições de arte indígena;
- II - palestras, debates e mesas-redondas sobre temas relacionados aos direitos indígenas, preservação ambiental, saúde, educação e cultura indígena;
- III - apresentações de danças, músicas e manifestações culturais indígenas;
- IV- feiras de produtos artesanais e gastronômicos indígenas;





V - Projeção de filmes e documentários sobre a temática indígena;

VI - oficinas de artesanato, línguas indígenas e práticas tradicionais;

VII - campanhas de conscientização sobre a importância da preservação das terras indígenas e do respeito à diversidade cultural.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2024.

  
**Deputado GIPÃO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a)..... GIPÃO

referente ao(a) Ph 727/2024

OBS: Com substituição operada pelo relator

Encaminhe-se(a) (ao) Comissão Financeira, Tributos e Contribuições e Contribuintes

Sala das Comissões, 28 de maio de 2024

Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

### MEMBROS EFETIVOS

Dep. <b>GIPÃO</b> (x)
Dep. <b>CLAUDIA LELIS</b> (x)
Dep. <b>CLEITON CARDOSO</b> (x)
Dep. <b>NILTON FRANCO</b> (x)
Dep. <b>PROF. JÚNIOR GEO</b> (x)

### MEMBROS SUPLENTE

Dep. <b>MOISEMAR MARINHO</b> ( )
Dep. <b>VANDA MONTEIRO</b> ( )
Dep. <b>VALDEMAR JÚNIOR</b> ( )
Dep. <b>OLYNTHO NETO</b> ( )
Dep. <b>GUTIERRES TORQUATO</b> ( )